

✓ O reconhecimento a partir da diferença: olhares interseccionais para a construção de ferramentas de avaliação de políticas públicas

Regina Claudia Laisner

Nikolas Carneiro dos Santos

Priscila Freires Rosso

Letícia Campos Gumiero

Rafael Marques de Carvalho

Ingrid Helena Tavares

João Marcelo Tonetto de Almeida

Universidade Estadual Paulista

“Júlio de Mesquita Filho”/

São Paulo State University

Faculdade de Ciências

Humanas e Sociais/

Faculty of Human and S

ocial Sciences

Núcleo de Estudos em

Políticas Públicas/

Public Policies Study Group

Resumo: Avaliar políticas públicas de modo a considerar interseccionalmente as exigências cada vez maiores em torno do reconhecimento das múltiplas diferenças e diferenciações da cidadania é um desafio para o qual se coloca a necessidade de desenhar novas metodologias avaliativas. Nesta direção, este artigo apoiando-se nas reflexões de Avtar Brah (1996) sobre a construção da identidade a partir da diferença englobando quatro dimensões: diferença como subjetividade, relação social, experiência e, por fim, identidade, busca defini-las, desenvolvê-las e conjugá-las em lições que possam ser úteis na construção de ferramentas de avaliação de políticas públicas.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Interseccionalidade. Diferença. Identidade. Cidadania.

EN *The acknowledgment based on the difference: interseccional views for constructing evaluation tools of public policies*

Abstract: Evaluating public policies in a way that considers intersectionality into the growing demands towards the acknowledgment of the multiple differences and differentiations of citizenship is a challenge for which there is a need of creating new evaluative methodologies. Based on the reflections of Avtar Brah (1996) about the construction of identity based on the difference encompassing four dimensions: difference as subjectivity, as a social relation, as experience, and, at last, as identity it aims to define them, develop them and sum them into lessons that might be useful to constructing public policies evaluation tools.

Key-words: Evaluation of public policies. Intersectionality. Difference. Identity. Citizenship.

ES *El reconocimiento de la diferencia: visiones interseccionales para la construcción de herramientas de evaluación de políticas públicas*

Resumen: Evaluar políticas públicas para considerar interseccionalmente las exigencias cada vez más grandes alrededor del reconocimiento de las múltiples diferencias y diferenciaciones de la ciudadanía es un reto para el cual se pone la necesidad de dibujar nuevas metodologías evaluativas. En esta dirección, este artículo apoyándose en las reflexiones de Avtar Brah (1996) sobre la construcción de la identidad desde la diferencia abarcando cuatro dimensiones: diferencia como subjetividad, relación social, experiencia y, por fin, identidad, busca definir las, desarrollarlas y conjugarlas en lecciones que puedan ser útiles en la construcción de herramientas de evaluación de políticas públicas.

Palabras-clave: Evaluación de políticas Públicas. Interseccionalidad. Diferencia. Identidad. Ciudadanía.

FR *La reconnaissance de la différence: vues intersectionnelles pour la construction d'outils d'évaluation de politiques publiques*

Résumé: Évaluer les politiques publiques afin de prendre en compte de manière intersectionnelle les demandes croissantes autour de la reconnaissance des multiples différences et différenciations de la citoyenneté est un défi pour lequel il est nécessaire de concevoir de nouvelles méthodologies d'évaluation. basé sur les réflexions d'Avtar Brah (1996) sur la construction de l'identité à partir de la différence englobant quatre dimensions: la différence comme subjectivité, le rapport social, l'expérience et, enfin, l'identité, il cherche à les définir, les développer et les conjuguer dans leçons qui peuvent être utiles pour créer des outils d'évaluation des politiques publiques.

Mots-clés: Évaluation de politiques publiques. Intersectionnalité. Différence. Identité. Citoyenneté.

Introdução

Uma análise de políticas públicas potente do ponto de vista democrático requer abordagens que permitam a criação de instrumentos capazes de dar voz a todos os atores envolvidos, de modo a contemplar a complexidade de seus valores, interesses e opiniões, propiciando acesso o mais amplo possível ao reconhecimento mediante os desafios postos pela diferença de identidades.

As identidades não se constroem naturalmente. São resultado de múltiplos processos de interação de caráter individual, social, simbólico e cultural, na luta pela consubstanciação da própria cidadania. Deste modo, construir ferramentas em termos de análise de políticas públicas que tornem possível levar em consideração esta multiplicidade de elementos não é tarefa simples, porém extremamente necessária.

Em *Cartographies of Diaspora* (1996), Avtar Brah, ao discutir a configuração da identidade, nos oferece uma chave importante para estabelecer um ponto de partida de como pensar e operacionalizar o reconhecimento a partir da lógica da diferença. Ao trabalhar a distinção das diferenças, como parte da construção da identidade, a autora possibilita a percepção mais integral dos cidadãos vinculados às políticas públicas analisadas, naquilo que se refere às “[...] marcas sociais [que] são conhecidas como tendo mais relevância que outras e como os eixos de classificação sempre contingentes, contextuais e relacionais são produzidos, objetivados e cristalizados na produção governamental de políticas direcionada para determinados sujeitos” (AGUIÃO, 2017, p. 9-10).

Brah (1996), ao trabalhar com a diferença, defende uma visão construída na intersecção de níveis micros e macros, a partir de quatro dimensões de análise: diferença como subjetividade, como relação social, como experiência e como identidade. A primeira incorpora a descentralização e a heterogeneidade dos próprios sujeitos: eles não são únicos e fixos, mas sim fragmentados e dinâmicos. A relação social refere-se às formas pelas quais cada dimensão é constituída e organizada dentro das relações sistemáticas por meio de discursos econômicos, culturais, políticos e institucionais. Esta dimensão de caráter coletivo não está desarticulada da anterior e vice-versa. Já a experiência refere-se não a algo pressuposto, mas a algo que deve ser questionado. Assim, podemos compreender que o espaço da

experiência dos indivíduos é um espaço de contestação: um espaço discursivo em que se tem, em cada uma das dimensões, diferentes posições dos sujeitos e suas respectivas subjetividades inscritas. Por fim, a identidade congrega todas as dimensões anteriores, articulando-as, não de forma simplificadora, mas explorando suas complexidades e contradições.

A proposta deste artigo é tomar como referência as indicações desta autora, em termos de dimensões de análise para a compreensão da construção da identidade, pela lógica da diferença, e a partir delas, com a ajuda de demais estudiosos, de diversas áreas do conhecimento, avançar em uma proposta que torne possível a produção de ferramentas de avaliação de políticas públicas, a partir de olhares interseccionais.

Avtar Brah (1996), na medida em que considera os discursos articulantes e as práticas que se inserem nas subjetividades, nas relações sociais e nas posições dos sujeitos, trabalha com uma proposta de interseccionalidade que consideramos promissora na construção da proposta ora apresentada. Uma visão que se busca integral e intrinsecamente estabelecida entre os níveis individual e social, de maneira contextualizada, que leva em conta os vários formatos de injustiças que perfazem a lógica da diferença.

Nesta direção, a autora se vincula às estudiosas de maior notoriedade da interseccionalidade que, desde 1990, trazem destaque a este conceito, em especial, Patricia Hill Collins (2000) e Kimberle Crenshaw (2002), que em suas críticas ao feminismo predominante nas sociedades ocidentais, principalmente nos Estados Unidos, revelam que somente a dimensão de gênero não dá conta de toda a realidade das mulheres. Revelam, portanto, diferentes dimensões das desigualdades e a necessidade de visão articulada para o estudo dos vários sistemas de diferenciação existentes nos contextos locais (COSTA, 2013).

Neste alinhamento, na perspectiva de olhares interseccionais, e nas lições e desdobramentos em torno do reconhecimento pela diferença é que, portanto, se concentra este artigo. Seu propósito fundamental é apresentar uma proposta que possa contribuir com o avanço de metodologias de avaliação de políticas públicas, desde uma perspectiva mais complexa e mais completa de cidadania. É a esta tarefa que nos dedicamos a seguir, explorando, nos três primeiros tópicos, as três dimensões de análise da diferença, indicadas por

Brah (1996) e neles desenvolvidas, subjetividade, relação social e experiência que, no seu conjunto compõem a identidade e, no último tópico, reunindo reflexões que tornem possível sedimentar propostas metodológicas que incorporem estes elementos em termos de avaliação de políticas públicas, tendo-as em vista interseccionalmente.

A diferença como subjetividade

Iniciando pelas indicações de Brah (1996) para pensarmos o tema da subjetividade como primeira dimensão analítica da diferença, a autora a define como *“the site of processes of making sense of our relation to the world”* (BRAH, 1996, p. 123). Essa dimensão, segundo ela, não deve ser reduzida a uma visão puramente subjetiva, de um sujeito desvinculado do seu contexto externo, pois a subjetividade desse sujeito tem uma relação intrínseca com o contexto social no qual esse indivíduo está inserido. É nesse contexto que ele tem a sua subjetividade formulada e reformulada, já que a subjetividade, para Brah (1996), também é um constante processo.

Para compreender melhor esse conceito de subjetividade e a importância que a diferença tem para essa discussão, Brah (1996) discorre sobre o processo histórico em que essa discussão foi fomentada. Segundo a autora, a visão de ser humano anteriormente era universal e alienada de seu contexto social e histórico, tendo como o narrador e centro da história o “Homem” europeu. Ocorreram movimentos que criticavam essa narrativa única, possibilitando um discurso mais plural e crítico acerca dessa questão, por meio de *“[...] projects of post-structuralism, feminism, anti-colonialism, anti imperialism, and anti-racism [...]”* (BRAH, 1996, p. 119).

Contudo, apesar de possuírem essa crítica em comum, os grupos que compunham estes movimentos não tinham pautas que abarcavam pontos centrais uns dos outros, visando a problemática de questões referentes apenas a seu próprio grupo (BRAH, 1996). Portanto, foi necessário que se desenvolvessem formas que facilitassem a compreensão de narrativas advindas de indivíduos que partiam de diferentes experiências e que tinham diferentes perspectivas e necessidades (BRAH, 1996). Para pensar sobre essas diferentes narrativas, é fundamental que se pense esse sujeito de maneira integral e de forma interseccional.

A subjetividade é um interesse central para a Psicologia, por isso algumas contribuições desta área serão úteis para o refinamento das contribuições da autora que utilizamos como referência.

O bielorusso Lev Vigotski (1896-1934) traz uma importante contribuição para entender a formação da subjetividade. Precursor da Psicologia Sócio-Histórica e tendo como referencial teórico o marxismo, Vigotski criticou o positivismo que permeava a Psicologia da sua época e as correntes dessa área que se dividiam em perspectivas essencialistas, ignorando a consciência, ou perspectivas subjetivistas, que tinham como pressuposto a consciência como algo extrínseco ao contexto objetivo (ROSA; ANDRIANI, 2002).

Vigotski propõe uma nova perspectiva acerca do objeto de estudo da Psicologia, o ser humano, e o processo do seu desenvolvimento, rompendo com correntes dicotômicas entre interno-externo, retirando o sujeito de uma perspectiva individualizante e inserindo-o em um contexto sócio-histórico (ELTINK, 2019). É nessa relação dialética entre o sujeito e o ambiente que, para Vigotski (2000), a subjetividade do indivíduo é formada. Para ele, o sujeito não é pensado como passivo nesse ambiente, mas como alguém ativo, que transforma e é transformado pelo seu contexto, sendo a subjetividade um processo dinâmico e singular pelo qual o indivíduo vivencia a relação eu-mundo. (ELTINK, 2019). Molon (2011), professora e pesquisadora na área de Psicologia Social e Psicologia Educacional, menciona que é a partir dessa concepção de ser humano postulada por Vigotski que a Psicologia se humaniza, pois o indivíduo passa a ser percebido não como um acontecimento ocasional, mas como alguém que vive dentro de um sistema com diferenças sociais, ocupando um lugar singular.

Essa relação de sujeito e o mundo concreto se dá por meio de sistemas simbólicos advindos da cultura e das relações sociais. Esse sistema simbólico “[...] permite a apropriação de conceitos, valores e significados culturais” (ELTINK, 2019, p. 43). No entanto, o ser humano se apropria de maneira subjetiva dessas relações com o mundo externo, internalizando, significando e ressignificando suas experiências e a si próprio, sendo essas experiências transformadoras e transformadas por esse sujeito (ROSA; ANDRIANI, 2002).

Acerca dessas contribuições da teoria da Psicologia Sócio-Histórica, sobre essa visão de indivíduo e como se dá a subjetividade para essa abordagem, Bock, Furtado e Teixeira pontuam que:

Para a Psicologia Sócio-Histórica, não há como se saber de um indivíduo sem que se conheça seu mundo. Para compreender o que cada um de nós sente e pensa, e como cada um de nós age, é preciso conhecer o mundo social no qual estamos imersos e do qual somos construtores; é preciso investigar os valores sociais, as formas de relação e de produção da sobrevivência de nosso mundo, e as formas de ser de nosso tempo. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 93).

Outra contribuição de Vigotski é a ênfase na importância que ele atribui à linguagem e à relação que ela tem com o pensamento, que difere da forma como a linguagem era percebida anteriormente nas Ciências Humanas (BRUNER, 1990). Vigotski (2000) realiza uma crítica, mencionando estudos de sua época, que realizavam uma separação entre pensamento e linguagem com afetividade e intelecto. Para ele, a tentativa de separação entre essas dimensões da vida impossibilita a compreensão do ser humano de maneira integrada. E, acerca dessa questão, menciona:

Neste caso, o pensamento se transforma inevitavelmente em uma corrente autônoma de pensamentos que pensam a si mesmos, dissocia-se de toda a plenitude da vida dinâmica, das motivações vivas, dos interesses, dos envolvimento do homem pensante [...]. A análise que decompõe a totalidade complexa em unidades reencaminha a solução desse problema vitalmente importante para todas as teorias aqui examinadas. Ela mostra que existe um sistema semântico dinâmico que representa a unidade dos processos afetivos e intelectuais, que em toda ideia existe, em forma elaborada, uma relação afetiva do homem com a realidade representada nessa ideia. (VIGOTSKI, 2000, p.16).

A linguagem, portanto, torna-se o meio pelo qual é possível entender a subjetividade, pois é por meio da linguagem que o sujeito representa de maneira concreta a sua realidade (VIGOTSKI, 2000).

Essa linguagem, que é fruto de um contexto cultural, materializa os significados atribuídos pelo sujeito que, segundo Vigotski (2000), devem ser analisados pelo seu sentido semântico. Ele acredita, ainda, que a palavra é a chave para a consciência desse sujeito pois, mesmo que seja um signo compartilhado culturalmente, “[...] cada um significa as palavras de uma maneira particular” (ROSA; ANDRIANI, 2002, p.275).

Corroborando a teoria vigotskiana, o psicólogo estadunidense Jerome Bruner considera que o ser humano deve ser visto como um ser integrado em uma cultura, que vivencia a relação com o seu meio internamente, de maneira singular, em uma relação dialética entre subjetivo e objetivo. Segundo Bruner (1990), a Psicologia, assim como as Ciências Humanas no geral, deveria ter como objetivo a interpretação de significados e como essas atribuições de sentido ocorrem.

Bruner (1990), assim como Vigotski, critica a forma pela qual a sua própria área de estudo percebe o ser humano. Em relação às Ciências Cognitivas, ele questiona se a preocupação central não deveria ser a compreensão de como a subjetividade das pessoas se constitui. A mente, para o autor, não deve ser vista como um sistema computacional, como era compreendida até então pela Ciências Cognitivas, mas “[...] in the sense of intentional states like believing, desiring, intending, grasping a meaning” (BRUNER, 1990, p. 8). Por outro lado, Bruner (1990) critica o Behaviorismo, mencionando que essa abordagem apenas se preocupa em estudar os fenômenos observáveis (os comportamentos).

O autor propõe uma Psicologia Cultural que tenha o interesse de entender e estudar o indivíduo e suas ações a partir de uma concepção de sujeito em contexto, enfatizando como a cultura influencia na formação do sujeito. A Psicologia Cultural do autor tem como objetivo explorar os significados atribuídos por esse indivíduo e deve “[...] ser interpretativa e vai estar interessada nas formas através das quais os seres humanos produzem significados nos contextos culturais onde estão inseridos” (CORREIA, 2003, p.508). Ademais, Bruner (1990) pontua que a Psicologia Popular, que é o senso comum de determinada cultura, é uma importante ferramenta para a compreensão do sujeito.

Cabe aqui realizar uma separação conceitual do pensamento apresentado por ele. Para Bruner (1990), existem dois tipos distintos

de pensamento, o paradigmático e o narrativo. O pensamento paradigmático tem um caráter científico, pois ele “[...] comprova a realidade via estabelecimento de provas formais e empíricas.” (ALENCASTRO; PICOLLI; GOMES, 2011, p.300). Esse tipo de pensamento procura sistematizar, de maneira lógica, descrições e experiências. O narrativo, por outro lado, é a forma particular em que a realidade é percebida e “[...] vincula-se à imaginação, conduzindo à construção de histórias envolventes e que abarcam a intencionalidade humana” (ALENCASTRO; PICOLLI; GOMES, 2011, p.300).

Segundo Bruner (1990), os significados e, conseqüentemente, a subjetividade, apresentam-se para o pesquisador por meio da narrativa do sujeito, que é dotada de intencionalidade, mencionando que as narrativas “[...] são sobre pessoas que agem em um cenário, e os acontecimentos devem ser pertinentes a seus estados intencionais enquanto estiverem atuando - com suas convicções, desejos, teorias, valores, e assim por diante.” (BRUNER, 1991, p.7). Bruner (1991) acredita que é por intermédio da narrativa autobiográfica que o sujeito representa a sua realidade e se implica na própria história de vida. O autor explica como se dá essa relação, afirmando que:

The heart of my argument is this: eventually, the culturally shaped cognitive and linguistic processes that guide the self-telling of life narratives achieve the power to structure perceptual experience, to organize memory, to segment and purpose-build the very “events” of a life. In the end, we become the autobiographical narratives by which we “tell about” our lives. And given the cultural shaping to which I referred, we also become variants of the culture’s canonical forms. (BRUNER, 2004, p.694).

Dessa forma, tendo em vista as proposições de Avtar Brah (1996) em relação ao reconhecimento da diferença como subjetividade, pode-se afirmar que as contribuições da Psicologia para as aspirações analíticas deste artigo de desenvolvê-las são fundamentais, uma vez que se trata de uma área do conhecimento que se debruça sobre aspectos fundamentais de análise da subjetividade humana. Por isso, as proposições de expoentes da Psicologia, como Jerome Bruner e Lev Vigotski, são profícuas para o refinamento da teoria de Avtar Brah (1996), em sua empreitada de examinar categorias

conceituais utilizadas na teorização da diferença, em especial da diferença como subjetividade.

Essas contribuições, para se compreender melhor a dimensão da subjetividade, podem ser observadas a partir do momento em que Avtar Brah (1996) não oferece meios operacionais necessários para se utilizar a categoria da subjetividade em avaliações de políticas públicas interseccionais, fomentando a necessidade de utilizar as teorias de Bruner (1990) e Vigotski (2000), que possibilitam pensar em uma forma de operacionalizar a categoria de diferença como subjetividade em avaliações de políticas públicas. Como já foi exposto neste artigo, Vigotski contribui para esta tarefa contextualizando a subjetividade humana em uma realidade sócio-histórica, desvinculando-a de uma perspectiva essencialista (ROSA; ANDRIANI, 2002), o que vai ao encontro das proposições de Bruner (1990), que entende o indivíduo a partir de sua inserção em meios culturais e a subjetividade como sendo os significados que esse indivíduo atribui à essa realidade (BRUNER, 1990).

Nesse sentido, a subjetividade como categoria analítica proposta por Avtar Brah (1996), em um contexto sócio-histórico, vinculada ao meio cultural e dotada da intencionalidade do indivíduo, tal como a concepção de Bruner (1991) e Vigotski (2000), pode ser operacionalizada e utilizada em avaliações interseccionais de políticas públicas por meio da narrativa, processo pelo qual o indivíduo relata sua experiência social e, conseqüentemente, seus aspectos subjetivos.

A diferença como relação social

Além da perspectiva da subjetividade no que tange à incorporação da diferença como dimensão analítica para os propósitos do artigo, há também a visão da diferença como relação social (BRAH, 2006). Para Avtar Brah, esta visão se relaciona com a questão do poder pois, de acordo com ela, as práticas culturais, políticas e econômicas implicam em exercício de poder.

Para avançarmos no que é proposto por Brah, é necessário um campo sólido que torne possível o aprofundamento da compreensão das relações sociais. Dessa forma, a Sociologia se apresenta como o campo com fôlego teórico capaz desta empreitada, em especial, a partir da visão de dois pensadores: Erving Goffman (2013) e Pierre Bourdieu (1996).

Apesar de não ter havido um debate direto entre os autores, é possível notar pontos de convergência entre eles, como a adoção de uma postura durkheimiana — que mantém o interesse pelas estruturas sociais. Além disso, os autores compartilham a reprovação por teorias explicativas do mundo social enrijecidas (ARRIBAS, 2012).

Inicialmente, apresenta-se Goffman e dois de seus principais trabalhos: *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise* (2012) e *Estigma* (2013). A partir do primeiro trabalho, Goffman (2012) formulou a *framing analysis* — metodologia do enquadramento — que em seu bojo traz que os atores sociais são produtos das interações com o meio, influenciados pela subjetividade de cada indivíduo, ou seja, Goffman apresenta um esquema interpretativo que revela a relação entre os papéis dos atores em detrimento da atividade que exercem e o meio ao qual se encontram.

Ainda relacionado a este trabalho, Goffman como herdeiro do interacionismo simbólico utilizou-se do conceito de *self* para a compreensão do que ele chama de pessoa-papel, posto que o *self* (eu) é constituído pelo ângulo do ator antes mesmo deste assumir qualquer papel na vida social, e, com isso, Goffman consegue aproximar a personalidade humana das estruturas (HANGAI, 2012).

Já em seu livro *Estigma* (2013), Goffman busca a compreensão acerca da formação e construção deste conceito. Para isso, o autor começa resgatando o termo histórico da palavra que vem, de forma literal, do grego e que era utilizada para se referir a sinais corporais que evidenciariam algo fora do comum (positivo ou negativo) sobre o *status* moral da pessoa que os portasse (GOFFMAN, 2013).

Quando esses sinais são lidos na sociedade como algo diferente, é possível que a sociedade passe a ver a pessoa portadora deles como “[...] uma espécie menos desejável — num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma.” (GOFFMAN, 2013, p.12).

Desta forma, o termo estigma será usado em termos de um atributo profundamente depreciativo. Mas, segundo o autor, é preciso uma linguagem de relações e não de atributos. “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN, 2013, p.13).

Goffman (2013) separa o estigma em duas perspectivas do indivíduo: o desacreditado (indivíduo que carrega seu estigma de maneira visível) e o desacreditável (indivíduo passível de ser desacreditado). Ademais, os estigmas que pesam sobre os desacreditados podem se manifestar das seguintes formas:

*Em primeiro lugar, há as **abominações do corpo** - as várias deformidades físicas. Em segundo, as **culpas de caráter individual**, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, alcoolismo, homossexualismo¹, desemprego, tentativas de suicídio, desemprego e comportamento político radical. Finalmente, há os **estigmas tribais de raça, nação e religião**, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2013, p.14);²*

Apesar de a noção de estigma ajudar a entender a dinâmica da discriminação dentro das relações sociais (relações de poder), esta é uma visão muito calcada nas estruturas, que não explica, de forma mais refinada, como os marcadores³ tornaram-se estigmas, tampouco como alguns marcadores são positivos enquanto outros não.

Deste modo, faz-se fundamental a contribuição do pensamento do francês Pierre Bourdieu (1983). O sociólogo, ao distanciar-se da fenomenologia — que explora as relações entre os agentes e não a explicação da estrutura, como das abordagens puramente estruturalistas — que dão destaque às estruturas objetivas independente da consciência dos agentes, busca compreender além do *opus operatum* (produto das relações), ou seja, procura entender o *modus operandi* (o processo do qual resulta este produto).

Em vista disso, Bourdieu traz o conceito de *habitus*⁴, que nada mais é que o modo de percepção que orienta o comportamento, diante de determinada conjuntura na qual a pessoa está inserida (BOURDIEU, 2001). O *habitus*, além de ser fruto da interação sistêmica entre a

¹ O autor emprega o termo homossexualismo, contudo o termo correto a se utilizar é homossexualidade. O sufixo “ismo” refere-se a doença, sendo a homossexualidade retirada da categoria de patologia pelo Conselho Federal de Medicina (Brasil) em 1985 e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990.

² Grifo nosso.

³ Os marcadores presentes no texto referem-se aos marcadores sociais das diferenças que buscam analisar situações de desigualdade e hierarquia com o intuito de ajudar na compreensão das relações de gênero, sexualidade, classe e cor. (HIRANO, 2019).

⁴ A grafia da palavra *habitus* é feita sempre em itálico seguindo o modo de escrita do autor.

⁵ A grafia do conceito Campos foi feita em letra maiúscula para diferenciá-lo da palavra campos. Esta escolha foi feita pelos autores.

experiência individual e a experiência histórica coletiva, também assume, ao mesmo tempo, uma posição estrutural e estruturante, que condiciona e impulsiona representações e práticas (BOURDIEU, 1980).

O referido conceito está relacionado diretamente com o segundo conceito apresentado por Bourdieu (1983), o de Campos⁵. Para ele, Campos são espaços estruturados que possuem lógica própria, em determinado tempo, que têm como principal característica a mutabilidade em decorrência da própria variabilidade histórica que os constituem, além de outras particularidades, como: estrutura, doxa, leis, capital e conjunto de bens. (BOURDIEU, 2001). O Campo, de certa maneira, sustenta o *habitus*, enquanto o *habitus* dá condições de existência ao Campo.

Contudo, somente será possível compreender efetivamente estes conceitos caso se compreenda a visão de Capital de Bourdieu (1996). O autor divide a ideia de capital em duas formas: o capital econômico e o capital cultural. O primeiro, como o próprio nome já sugere, está relacionado com o poder de compra (quantidade de dinheiro). Já o Capital Cultural, no que lhe concerne, apresenta maior grau de complexidade. Esta forma de Capital estará relacionada com o acúmulo de cultura que os indivíduos possam ter acesso, desde a sua criação, como, por exemplo, o que os pais possuem de conhecimento e ensinam para seus filhos e filhas, quais categorias de músicas são apresentadas às crianças etc. Neste sentido, as estruturas educacionais (escolas e universidades) desempenham um papel importante ao transmitir capital cultural para as pessoas.

Isto posto, pode-se entender o capital cultural de três formas, a incorporada, a objetivada e a institucionalizada. A primeira, como o nome aponta, é aquele capital que é ensinado e interiorizado. A forma objetivada está relacionada com a possibilidade de transferência (pode ser dado ou comprado), como, por exemplo, ao assistir uma peça de teatro ou receber um livro de presente. Por fim, a forma institucionalizada está relacionada com as instituições de ensino, reforçando sua importância, pois são estas que conferem diplomas ou certificados que atestam a qualificação e conclusão de estudos. Isso cria uma ligação permanente entre o sujeito e a instituição, por exemplo, um ex-aluno de determinada universidade renomada, ficaria para sempre “marcado” por esta.

Desta forma as instituições de ensino cumprem o papel de cristalizar as estruturas, pois partem dos princípios da meritocracia, não considerando as vivências anteriores e presentes fora de suas dependências, a saber:

Assim, a instituição escolar, que em outros tempos acreditamos que poderia introduzir uma forma de meritocracia ao privilegiar aptidões individuais por oposição aos privilégios hereditários, tende a instaurar, através da relação encoberta entre a aptidão escolar e a herança cultural, uma verdadeira nobreza de Estado, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar (BOURDIEU, 1996, p.39).

O exemplo das instituições de ensino revela a dinâmica defendida por Bourdieu, em que os atores sociais inseridos nos Campos são estabelecidos por meio dos diferentes capitais e pelo *habitus*, arquitetando relações estruturadas — internas nos indivíduos e relações estruturantes — que impulsionam outras ações. Para Bourdieu:

Tais esquemas classificatórios (estruturas estruturantes) são essencialmente o produto da incorporação de estruturas das distribuições fundamentais que organizam a ordem social (estruturas estruturadas). Sendo por conseguinte comuns ao conjunto dos agentes inseridos nessa ordem, eles viabilizam o acordo em meio ao desacordo de agentes situados em posições opostas (altas/baixas, visíveis/obscuras, raras/comuns, ricas/pobres etc.) e caracterizadas por propriedades distintas, elas mesmas diferentes ou opostas no espaço social. Em outras palavras, são eles que fazem com que todos possam se referir às mesmas oposições (por exemplo, alto/baixo, elevado/baixo, raro/comum, leve/pesado, rico/pobre etc.). (BOURDIEU, 2001, p.119).

Diante de tal explicação sobre a disposição dos sistemas classificatórios, transpondo para a realidade brasileira, é possível

compreender o motivo pelo qual em determinados espaços são encontrados apenas indivíduos de dado grupo social, em outras palavras, ambientes que são ocupados majoritariamente ou exclusivamente por brancos, negros, ricos e pobres etc.

Na prática, Bourdieu formaliza estes sistemas classificatórios por meio de investigações estruturalistas, que procedem conforme o método a seguir:

Marcação de um segmento do social com características sistêmicas (campo); construção prévia do esquema das relações dos agentes e instituições objeto do estudo (posições); decomposição de cada ocorrência significativa, característica do sistema de posições do campo (doxa, illusio...); análise das relações objetivas entre as posições no campo (lógica); análise das disposições subjetivas (habitus); construção de uma matriz relacional corrigida da articulação entre as posições (estrutura); síntese da problemática geral do campo (THIRY-CHERQUES, 2006, p.31).

⁶ Metodologia que busca elucidar a estrutura lógica da ação humana.

Este procedimento, além de favorecer a compreensão das posições que os atores ocupam no Campo, demonstra que Bourdieu (1979) acreditava que somente por meio da praxiologia⁶ seria possível captar o fenômeno da “interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade”.

A interioridade a que Bourdieu refere-se é constituída pela *Doxa* — senso comum de um grupo vivendo determinada realidade (BOURDIEU, 2000, p. 3). Já para tratar a forma como as estruturas objetivas/subjetivas, interiores/exteriores estão dispostas, tem-se a *Illusio*, sendo que:

[...] a noção de illusio reflete, como interesse em um campo, é uma cumplicidade e o ajustamento entre as estruturas mentais dos sujeitos (seu habitus ou suas disposições) e as estruturas objetivas (os próprios campos, suas regularidades, os alvos em jogo, as disputas), manifestados numa tendência à ação, ao investimento, que nasce desse acordo (AGUIAR, 2017, p. 231).

Tendo em vista a dicotomia interior/exterior, estrutural/estruturante, cabe dizer que a compreensão do mundo social e de todas as relações que formam este contexto estaria vinculada à relação entre a objetividade (Campos e Capitais) e as questões subjetivas (*habitus* e *doxa*), ou seja, Bourdieu (1996), ao relacionar as estruturas objetivas e subjetivas, revela um sistema de classificação que produz determinadas posições sociais.

À luz do conceito de *habitus* de Bourdieu é possível compreender mais claramente o conceito de estigma, porque se torna possível entender que o estigma também é uma construção no bojo de cada sociedade, e, portanto, este não só é passível de mudança, como também não é visto de maneira uniforme pelos agentes. Por sua vez, Goffman (2013), ao propor o conceito de estigma, o fez de modo a generalizar os entendimentos, isto é, tornar homogênea a compreensão de determinado estigma em toda a sociedade. Em outras palavras, o estigma seria entendido igualmente por todos os indivíduos dentro da mesma sociedade.

Este entendimento em comum dos estigmas no interior da sociedade está intimamente vinculado às relações de poder existentes na sociedade, pois apenas deste modo será possível a sua existência e manutenção. Por exemplo, determinados agentes podem sofrer com o estigma de possuírem um “péssimo gosto musical”. Mas o “péssimo gosto musical” só possui razão de existir uma vez que haja um “bom gosto musical” para se contrapor, assim denominado para criar um senso de diferenciação o qual servirá para distinguir as pessoas com mais e menos capital cultural. Então “[...] gosto torna-se, dessa forma, a expressão distintiva de uma posição privilegiada no espaço social, cujo valor distintivo determina-se objetivamente na relação com expressões engendradas a partir de condições diferentes” (BOURDIEU, 2007, p.56 apud MACIEL; MOURA, 2013, p.81).

Retomando a perspectiva de Avtar Brah (1996), a autora propõe que para compreender a identidade é necessário entender a relação social como diferença e que, além disso, é importante compreender que as relações de poder se manifestam nos discursos e nas práticas sociais. Porém, não avança tanto em relação aos elementos mais aprofundados destes aspectos, qualidade do trabalho de Goffman com o conceito de estigma e de Bourdieu com o *habitus*, que auxiliam a compreensão de comportamentos que despertam tanto uma sensação de ajuste,

quanto uma sensação de desajuste, principalmente daqueles que são reiteradamente excluídos.

Inspirados neste tipo de leitura, da sensação de desajuste e de necessidade de ajuste, é que consideramos as potencialidades das contribuições de Goffman e Bourdieu, como complemento das reflexões de nossa autora de referência, à luz da realidade brasileira. Nesta direção, o exemplo apresentado pelos autores PINTO e FERREIRA (2014) faz-se notável, quando demonstram como se buscou solucionar a questão do racismo no Brasil sem solucioná-lo. Para contrariar os detratores do cruzamento interracial, foi desenvolvido o pensamento de exaltação da miscigenação, sendo que “[...] a ideologia de que a mestiçagem poderia ser uma forma de melhorar a descendência étnica do povo brasileiro, auxiliou a construir, no Brasil pós-abolição, o mito da democracia racial.” (PINTO; FERREIRA, 2014, p.259).

Este mito, ancorado na mestiçagem dupla (cultural e biológica), é responsável pelo discurso de que brancos e não brancos têm as mesmas oportunidades e mais, de que atos preconceituosos e racistas são pontuais e devem ser relativizados em nome da boa convivência dos povos. Discurso esse que permitiu que as elites dominantes mascarassem as desigualdades, interditando a possibilidade de construção de uma cultura e identidade próprias dos não brancos (PINTO; FERREIRA, 2014). Em outras palavras, foi possível manter o estigma, o *habitus* e o Campo inalterados. Manter o estigma porque estas mesmas práticas de racismo velado são forjadoras de identidades e de marcadores de diferença social. O *habitus* manter-se-ia inalterado dado que a internalização do mito da democracia racial sobreviveu até os dias atuais, de modo a reproduzir as estruturas de exclusão (ainda que com outra roupagem). E falar da manutenção do Campo significa dizer que tudo permaneceu alterado e igual ao mesmo tempo, pois, o posicionamento social daqueles que descendem dos povos subalternizados não é muito diferente do que foi no passado, continuam a compor os estratos mais pauperizados e explorados da sociedade brasileira.

A diferença como experiência

Consideradas, abordadas e desenvolvidas as dimensões da subjetividade e da relação social nos tópicos anteriores deste

artigo, será abordada nesta seção a categoria experiência, com o intuito de delinear de forma mais apurada esta dimensão analítica, na perspectiva da diferença, tendo por base a proposta de Avtar Brah (1996).

De início, podemos considerar que em “Cartografias da Diáspora” (1996) Avtar Brah afirma que não há um sujeito pronto, terminado, para quem as experiências simplesmente acontecem, uma vez que “[...] a experiência é o local de produção do sujeito” (BRAH, 1996, p. 115), o qual é fruto de uma construção cultural, além da social. Desta maneira, a experiência também não reflete uma verdade, pelo contrário, é o espaço da contestação, em que os sujeitos e as subjetividades estão sendo inscritas, reiteradas ou repudiadas (BRAH, 1996). Por esta razão, não é possível separar este lugar da cultura ou dizer que seja algo transparente e passível de interpretação única, uma vez que as pessoas reconhecem uma realidade que é estruturada pelo processo de significação de valores.

Nesta direção, se cada pessoa tem a sua própria construção social e cultural e ambas se refletem na maneira como interpreta a realidade, conclui-se que os valores estarão presentes em qualquer forma de análise, inclusive as de cunho científico. Esta afirmação torna importante a reflexão sobre o olhar do pesquisador e como ele deve se posicionar para observar experiências que não são particulares e que podem não se relacionar ao seu universo simbólico cultural. E para a sua abordagem mais adequada as contribuições no campo da Antropologia perfazem um relevante caminho, capazes de contribuir para este tema, assim como para o refinamento mais amplo do olhar acerca da experiência.

Tomando como ponto de partida o pensamento de Clifford Geertz (1973), acadêmico que pesquisou a relação da cultura com o Outro, é possível dividir a experiência em dois campos de análise, quais sejam, a “experiência próxima” e a “experiência distante”. A primeira corresponde à experiência do indivíduo que faz parte de uma cultura, que consegue “definir” o que os outros pensam, veem e imaginam, compreendendo de maneira quase espontânea como seu próximo se sente e vê o mundo. Por outro lado, a experiência distante é a de quem não pertence à cultura, interpretando-a à distância, como antropólogo ou especialista cultural.

Desta forma, Geertz entende que “O ponto de vista do nativo”, expressão cunhada pelo autor em seu famoso ensaio *From the*

Native's Point of View (1983), o etnógrafo não sentirá a experiência de outrem, vivenciando o que se assemelha a uma nova experiência, dado que não é possível experimentar o que os outros percebem de suas próprias experiências

No que tange ao objetivo de construir uma ferramenta analítica para as políticas públicas, este é um ponto importante, pois a interpretação de quem olha de fora de uma cultura será basicamente diferente da experiência de quem a vivencia por dentro, como um membro, o que constitui um fator importante de consideração ao se pensar a avaliação de uma política pública. Assim, passa a ser importante considerar as lentes que o avaliador está colocando sobre aquela cultura em tela, evitando a criação de vieses inconscientes.

Retornando ao pensamento de Brah, a autora explora as interconexões entre individual e coletivo de forma relevante para a discussão posta. Para a autora, no que tange à “diferença como experiência”, ela é o resultado histórico do poder, tendo em vista que os modos de diferenciação que marcam a diferença se mostram em formas de opressão de classe, racismo, homofobia e outros que se desenvolveram em situações e temporalidades diversas. Apesar disso, foi a partir dos questionamentos que colocaram o nível pessoal como algo político e da visão da realidade como algo não dado, dentro dos fóruns de discussão dos feminismos, que a experiência se tornou objeto de discussão (BRAH, 1996).

Ainda que estas interconexões sejam possíveis, a experiência encontra seus limites no fato de ser uma construção social, uma “[...] *practice of making sense, both symbolically and narratively, as a struggle over material conditions and meaning* [...]” (BRAH, 1996, p. 115). Assim, a experiência é um espaço de contestação: um espaço discursivo em que o diferente e as diferentes posições dos sujeitos e subjetividades são inscritos, reiterados e repudiados. Neste sentido, as questões de matrizes ideológicas ou campos de significação e representação participam da formação dos diferentes sujeitos e dos processos políticos, econômicos e culturais que inscrevem experiências sociais variáveis (BRAH, 1996). E neste ponto Brah retoma a necessidade de distinguir a diferença dentro da história coletiva da experiência pessoal, porque esta última é marcada pela construção cultural do indivíduo, enquanto a primeira é construída a partir da significação das relações sociais diárias (BRAH, 1996).

Em direção semelhante, Bondía (2002) argumenta que a experiência é algo particular, irrepetível e finito, por ser uma elaboração do que nos acontece, quer tenha ou não sentido. O autor argumenta que

O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna [...] Se o experimento é genérico, a experiência é singular. Se a lógica do experimento produz acordo, consenso ou homogeneidade entre os sujeitos, a lógica da experiência produz diferença, heterogeneidade e pluralidade (BONDÍA, 2002, p. 27-28).

Nesta direção, considerando-se os apontamentos já apresentados, Suely Kofes (1994) interpreta as experiências narradas, criando, assim, uma relação entre o sujeito que narra e quem o escuta, esse último sendo afetado pela narrativa. O trabalho da antropóloga propõe, para além de “entender” o que é narrado e experienciado, articular com a realidade do social (sem se opor à estrutura e ao vivido), relacionando uma voz com as outras narrativas, tornando-se um coletivo de experiências. Portanto, a narrativa se torna fundamental para a compreensão da experiência vivida. Assim, sintetizando o pensamento de Suely Kofes:

[...] as histórias de vida estarão sendo consideradas como: fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida). (KOFES, 1993, p. 120).

A narrativa também está presente na visão de Turner, apresentada por Kofes em um texto de 2015:

Em Turner, a experiência é intrinsecamente relacionada à narrativa, revelando-se como estrutura (conectando momentos distintos: percepções, evocações do passado,

associações de eventos e sentimentos vividos, emergência de significações e valores) em sua expressão. Para ele, a expressão da experiência seria a unidade estrutural da experiência [...] o que não é o mesmo que a experiência como empiricamente observável ou pré-narrativa. A expressão da experiência (a experiência narrada) conectaria eventos e afecções, incorporando e germinando significações e valores. (KOFES; MANICA, 2015, p. 34).

É válido, então, compreender, de maneira mais profunda, os cinco momentos que compõem a narrativa para Victor Turner (apud DAWSEY, 2005): (I) um acontecimento no nível da percepção; (II) a evocação de imagens e experiências do passado; (III) a rememoração de emoções associadas ao passado; (IV) a articulação entre passado e presente, levando à descoberta e construção do significado; e (V) a expressão dessa experiência, completando uma *performance*.

Esta divisão é feita tendo como base as propostas de Dilthey, em um texto construído por Turner (1986). De acordo com Turner, Dilthey via as experiências como algo processado em estágios diferenciáveis:

Moreover, they [experiences] involved in their structuring at every moment and phase not simply thought structuring but the whole human vital repertoire of thinking, willing, desiring, and feeling, subtly and varyingly interpenetrating on many levels. A cognitive Occam's razor, reducing all to bloodless abstractions (if one can visualize a bloodless razor), would simply make no human sense here (TURNER, 1986, p. 35)

Assim, as experiências começam com um sentimento de dor ou prazer que irrompe e que evoca precedentes e semelhanças do passado consciente ou inconsciente. Então, estas imagens do passado oferecem os contornos do que está sendo vivido pelo sentimento do presente. Para Dilthey, segundo a visão de Turner, não importa se este passado é real ou mítico, pois estruturalmente a questão é de significado e não de valor, uma vez que os valores estão ligados ao presente (TURNER, 1986). Nas palavras do analista do

autor, “[...] *the point is whether meaningful guidelines emerge from the existential encounter within a subjectivity of what we have derived from previous structures or units of experience in living relation with the new experience.*” (TURNER, 1986, p. 36).

Ainda no que tange à ligação entre presente e passado e a complexidade da construção da experiência, o filósofo fenomenólogo Merleau-Ponty oferece alguns *insights* importantes ao apontar que a experiência não é algo trivial. Para o autor, a vida não é uma correnteza de histórias e experiências e, portanto, há um poder específico de recordação em uma experiência específica (ALKIMIM, 2016). Assim, Merleau-Ponty assegura que o passado é a lembrança/recordação de estado de consciência já vivida, o futuro se torna a projeção dessas lembranças/recordações, o que salta pra fora no futuro (BARBOSA, 2003).

Ademais, segundo o argumento desenvolvido pelo psicólogo e mestre em Sociologia, Márcio Ferreira Barbosa, que analisa as obras de Merleau-Ponty, a validação concreta da experiência passada, não se dá apenas na temporalidade, “[...] A própria memória nos mostra que a temporalidade não é fundada em estados de consciência, mas sim na experiência primordial” (BARBOSA, 2003, p.31-32). A experiência primordial seria o vislumbre do passado, uma manifestação exemplar, portanto, primordial da experiência humana (BARBOSA, 2003).

Para Merleau-Ponty, há a importância do presente, a necessidade do “Agora”, para fluir um fato do passado. O indivíduo vivencia inúmeros acontecimentos. Nesse entrelaçamento de experiências e percepções, há uma significação para atos específicos do passado, que vêm à tona no presente. Na mesma linha, destaca a experiência notável como uma percepção conservada, um momento retido que, em um determinado ponto no tempo, será recordado pelo preço de seu significado para o indivíduo (BARBOSA, 2003).

Se um determinado odor me proporciona repentinamente uma sensação de prazer experimentada há muito tempo atrás, é todavia no presente que essa percepção invade meus órgãos sensoriais, é no presente que eu a experimento. A mancha amarela no meu livro me faz pensar no passado, naquele dia em que derramei

o meu café, mas a mancha em si mesma eu a percebo agora, é neste momento em que abro o livro que certos influxos nervosos percorrem meu corpo. Por si mesmos esses traços não remetem ao passado. Se eu encontro neles signos de algum acontecimento anterior é porque tenho, por outras vias, o sentido do passado, é porque trago em mim essa significação (BARBOSA, 2003, p.32).

Retornando à análise da construção da experiência proposta por Turner, após o momento de rememoração de experiências passadas, há um estágio no qual há necessidade de se atribuir sentido ao que foi causado pela dor ou pelo prazer, convertendo o que foi vivenciado em uma experiência (TURNER, 1986). Em seguida, no último estágio, surge a necessidade de comunicar-se aquilo que se aprendeu com a experiência, pois “[...] We are social beings, and we want to tell what we have learned from experience” uma vez que “[...] Self and not self, ego and egolessness, assertion and altruism, meet and merge in signifying communication” (TURNER, 1986, p. 37).

Portanto, pode-se dizer que a experiência é única para cada sujeito e ao dar voz a aquele que a vive, se compreende a sua especificidade, segundo as visões de Turner (1986) e Brah (1996). No entanto, vale considerar que as interpretações são plurais, dado que a experiência do Outro é intangível (GEERTZ, 1973). Assim, partindo do pensamento de Brah (1996) e dos demais autores trabalhados, é possível considerar que as relações sociais compõem a experiência do ser, em conjunto com a subjetividade que está intrínseca em um emaranhado de memórias e percepções. Deste modo, por meio da narrativa do sujeito, a experiência torna-se mais palpável, sendo essencial como recurso na construção de avaliação de políticas públicas.

Lições para a construção de ferramentas de avaliação de políticas públicas

Ao reunirmos, neste último tópico, lições apreendidas e aprendidas para propormos repertórios para a construção de ferramentas de avaliação de políticas públicas, tendo em vista a perspectiva do reconhecimento, pela lógica na diferença, em termos interseccionais,

podemos, desde logo, destacar o valor da narrativa como recurso fundamental da proposta que pretendemos encaminhar.

Por todos os tópicos anteriores, pudemos perceber, desde as considerações de Brah (1996), assim como demais visões apresentadas, a narrativa com potencial central na perspectiva que se deseja reforçar neste artigo. Vários autores citados, a exemplo de Paiva (2008) e Bruner (1990), consideram a narrativa como uma metodologia fundamental para as Ciências Humanas. Citando Bruner, Paiva (2008) menciona as contribuições dessa metodologia para a pesquisa qualitativa, pois é por meio da narrativa que se torna possível obter informações sobre um determinado fenômeno e fornecer os significados dos sujeitos acerca desse evento.

Desde o ponto de vista da subjetividade, Mattingly, Lutkehaus e Throo (2008) apontam que essa metodologia narrativa de Bruner também fornece aspectos subjetivos acerca de suas expectativas relacionadas ao seu entorno, quando mencionam que a narrativa “[...] (1) delimits and routinizes the ordinary, (2) limits and defines the possible, and (3) offers a means to makes sense of breaches or violations to what is otherwise culturally expected” (MATTINGLY; LUTKEHAUS; THROO, 2008, p. 14).

Narita (2006) corrobora essa percepção sobre a metodologia narrativa e apresenta sua contribuição para compreender esse caráter subjetivo na pesquisa. A autora indica a importância da coleta de dados quantitativos, “[...] como condição de escolaridade, ocupação, renda familiar, religião, estado civil, constelação familiar, mudanças (econômicas, culturais, migrações)” (NARITA, 2006, p.26), já que esse tipo de roteiro de apoio fornece informações que poderiam não aparecer em questionários abertos. Porém, aponta que a compreensão dos significados subjetivos atribuídos pelo sujeito para essas questões pode ser realizada qualitativamente, por meio da narrativa, enriquecendo as demais informações coletadas. Narita (2006) exemplifica

Ao invés de simplesmente se perguntar qual a religião do sujeito, e obter uma resposta formal e às vezes não verdadeira, podemos conhecer a história da religiosidade do indivíduo, as crenças, as mudanças de credo e suas repercussões em sua subjetividade. Da mesma forma,

ao invés de simplesmente sabermos se o sujeito tem o ensino primário ou o ensino médio, podemos – através da narrativa – conhecer sua vida escolar, suas dificuldades passadas e seus anseios futuros (NARITA, 2006, p. 26)

Em uma pesquisa realizada por Thé e Santos (2019), os autores optaram pela abordagem narrativa com o intuito de apontar as possibilidades desse tipo de abordagem mais diretamente no que se relaciona ao tema de nosso artigo, qual seja, a avaliação de políticas públicas, sobremaneira no que corresponde à subjetividade. Mas os autores ressaltaram também a importância do contexto cultural, social e político para compreender as políticas públicas, tanto pelos atores envolvidos nessa política pública, quanto pelo próprio impacto que esses componentes possuem sobre as políticas públicas. Assim, Thé e Santos (2019) afirmam que essa abordagem narrativa traz um caráter avaliativo micro, meso e macro:

Uma vez que, enquanto as narrativas e trajetórias [os] sujeitos (gestores, demandantes e participantes) recebem um tratamento de nível micro, os contextos e as lógicas de formulação e reformulação das políticas públicas são tratados no nível macro. Enquanto no nível meso está a política a ser avaliada, seu operativo-institucional e os encaminhamentos da mesma. (THÉ; SANTOS, 2019, p. 226).

As considerações destes autores deixam claro que a dimensão da subjetividade afeta demais dimensões e, ao mesmo tempo, é afetada por elas. Nestes termos, os aspectos relacionados às relações sociais perfazem elementos relevantes para a empreitada de se realizar uma avaliação de políticas públicas. Sem ser capaz de compreender o *habitus* do agente e seu posicionamento do Campo, bem como todos os estigmas envolvidos, uma avaliação não será capaz de apreender as relações de poder que perpassam todo o tecido social. E estes elementos certamente são captados, para além das metodologias quantitativas e demais estratégias qualitativas, pela metodologia narrativa que também fornece aspectos objetivos, nas suas interconexões com as subjetividades.

Bourdieu (1996) bem elucida esta questão ao demonstrar como grupos aparentemente próximos ou distantes comportam-se

de maneiras diferentes, guiados pelo posicionamento no Campo construído pelo *habitus*. Ao comparar empresários, professores universitários, profissionais liberais e operários, o autor considera, como exemplo, que os três primeiros estarão em oposição ao último no posicionamento referente ao Campo, que por hipótese possui menos capital econômico e cultural que os demais. Contudo, quando se altera o ângulo de análise, Bourdieu aponta que é possível perceber que professores universitários estarão em oposição aos empresários e profissionais liberais, devido ao relativo capital cultural superior, mas não necessariamente referente ao capital econômico.

Neste sentido as narrativas auxiliam na compreensão dos comportamentos dos agentes. Os autores (Goffman e Bourdieu) não focam na questão da narrativa, contudo é possível captar o papel desta em suas obras. Sob a perspectiva de Goffman (2013) o estigmatizado pode interagir com o estigma de diversas maneiras como, por exemplo, o auto-ódio, a utilização do estigma como “cabide” (no qual o estigmatizado “pendura” todas as suas insuficiências) ou até mesmo uma forma de inversão de papéis, quando uma pessoa cega afirma que um “normal” não enxerga algo que ocorre com ela, como se também fosse cega. Já, à luz de Bourdieu (1996), a narrativa seria uma maneira de o agente dar sentido a si mesmo, pois para isso tenta criar uma sequência cronológica e lógica de fatos ao narrar sobre si mesmo. Contudo, o autor ressalta que essa abordagem possui limitações, pois ao narrar o agente pode “perder o fio” cronológico dos fatos.

A perspectiva por detrás do exemplo do empresário, professor universitário, profissional liberal e operário, aplicada a demais grupos, revelará posições que, a princípio, não estavam nítidas ou adequadas. Pois,

A cada classe de posições corresponde uma classe de habitus (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses habitus e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (BOURDIEU, 1996, p.21)

Deste modo, a compreensão das nuances sociais se tornam imprescindíveis para o entendimento das relações sociais em sua

maior complexidade. Compreender essas nuances é entender que os agentes influem nas estruturas que os influenciam: estruturas estruturadas estruturantes, tal como afirmaria Bourdieu (2001). Assim, desenhar uma boa política pública, bem como fazer sua avaliação de forma o mais fidedigna possível, implica em entender esse movimento constante dos agentes no Campo, influenciados pelos seus respectivos *habitus*.

Da mesma forma, em termos das lições aprendidas em relação à experiência, que se conectam fortemente com as dimensões anteriores, podemos afirmar que é na comunicação que a experiência encontra seu último estágio, não sendo recomendável abstrair este fator tendo em vista a avaliação de políticas públicas. Assim, propõe-se a coleta de depoimentos pessoais dos usuários das políticas públicas em tela, para as quais Queiroz (1986, apud RIGOTTO, 1998) oferece observações importantes. Segundo a autora, é necessário que se considere a existência da subjetividade tanto do entrevistador quanto do depoente. Além disso, também a herança familiar e da sociedade do depoente devem estar incluídas nas análises, para propiciar a compreensão do que é cultural ou fruto do grupo em que o indivíduo nasceu, quais as suas características e quais as estruturas e valores em que está envolvido (RIGOTTO, 1998).

O conceito de lugar, da Análise do Discurso, muito relevante como método para a análise dos relatos coletados, faz-se muito conveniente para sumarizar estas questões, uma vez que ele “[...] se refere ao status socioeconômico ‘dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos’ (MAINGUENEAU, 1998, p. 93). Além dele, o conceito de formações imaginárias também pode ser utilizado para este fim, uma vez que denota “[...] a imagem que os participantes do discurso ‘fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro’” (MAINGUENEAU, 1998, p. 93).

Ademais, para que sejam cobertos todos os pontos relevantes para a compreensão dos aspectos colocados por Rigotto (1998), a questão do contexto também é relevante, uma vez que ele se refere à soma dos “[...] participantes, lugar, momento e fim, [...] os saberes dos participantes sobre o mundo, seus saberes respectivos de um sobre o outro, um saber sobre o plano de fundo cultural da sociedade de onde emerge o discurso” (MAINGUENEAU, 1998, p. 33). No entanto, o contexto não é um dispositivo fácil de apreender para aquele que

vive a experiência distante. Sua compreensão é feita a partir das representações implicadas no discurso – daí sua relevância.

Com estas ferramentas como base, quais sejam, a incorporação dos conceitos de lugar, formações imaginárias e contexto é possível desenvolver uma avaliação de políticas públicas que inclua as várias dimensões desejadas na proposta apresentada. A partir delas será possível o adensamento da análise avaliativa a partir da consideração do que é simbólico, do imaginário e da representação de si, tendo como intuito a compreensão dos diversos momentos da experiência, pelos símbolos e signos que podem ser identificados a partir de técnicas da Análise do Discurso.

De acordo com Orlandi (1994, p. 53), linguista e pioneira no uso deste tipo de análise no país, [...] o discurso supõe um sistema significativo, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre locutores. E, em contrapartida, a dimensão simbólica dos fatos.

Dentro desse sistema significativo do discurso referido por Orlandi (1994), a dimensão do signo é especialmente relevante para a sua compreensão. Grosso modo, os signos são a junção entre o significante, que é a representação que se faz da palavra, e do significado, o qual pode ser compreendido como o conceito que dá base para a formação da imagem do objeto. Esses signos não estão separados do exterior, como já mencionado, possuindo uma dimensão histórica e mesmo ideológica, sobre a qual Orlandi (1994, p. 56) acrescenta que:

Se é assim para o sujeito, também a relação com o mundo é constituída pela ideologia; a ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência. No discurso, o mundo é apreendido, trabalhado pela linguagem e cabe ao analista procurar apreender a construção discursiva dos referentes. A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação.

Neste diapasão, em busca de oferecer um direcionamento para a apreensão das dimensões apresentadas, propõe-se o quadro sintético abaixo, em que a primeira coluna representa as fases da

experiência segundo a visão de Turner (1986), enquanto a segunda conjuga a visão dos demais autores em termos do que pode contribuir para a compreensão destas fases propostas pelo autor e a última representa os indicadores a serem analisados para a delimitação da diferença como experiência:

Quadro 1: Síntese da análise da experiência

Fases da experiência (TURNER, 1986)	Aspectos relacionados (demais autores)	Indicadores
Acontecimento da percepção	Universo imaginário, simbólico, seus desejos e necessidades	Condições de produção - Onde, quando, como, com quem
Imagens e experiências do passado	Sua herança biológica, o que é cultural ou fruto do grupo que ela nasceu, em quais redes de sociabilidade, poder e contrapoder	Formação social – onde nasceu, onde foi criada, quais acontecimentos históricos marcantes desse período
Rememoração das experiências	Representação que faz de si e do seu entorno	Escolha de palavras, símbolos e signos
Construção dos significados	Atribuição de significado	Identificação dos símbolos e signos a partir da análise do discurso
Expressão da experiência	Imagens criadas	Análise do texto - Representações em símbolos e signos

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Apesar de focado na questão da experiência, este quadro pode ser utilizado como referência nas avaliações de políticas públicas também para pensarmos como apreender as demais dimensões da diferença que lhe são inextricavelmente associadas, tal como defendido ao longo de todo o artigo. E dele, nos vários aspectos das fases da experiência, de seus aspectos relacionados, assim como seus respectivos indicadores, depreende-se a importância de que as avaliações levem em conta não somente questionamentos

fechados em categorias pré-fixadas pelo entrevistador, práticos do ponto de vista da coleta e análise, mas limitados no que diz respeito à ampla e multifacetada impositação da voz de seus respondentes. Voz esta que precisa urgentemente ser ouvida e compreendida, dentro das suas diferenças e diferenciações, em toda a sua complexidade e desde um enfoque interseccional - se é desejo a superação da desigualdade e a efetivação da cidadania, tal como defende Bilge, citada por Hirata e que nos brinda com excelente fechamento desta proposta:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (HIRATA, 2014, apud BILGE, 2009 p. 70).⁷

⁷ Trecho de Bilge (2009), traduzido por Hirata, em “Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade e relações sociais” (2014).

REFERÊNCIAS

AGUIAO, S. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015). **Cad. Pagu**, Campinas, n. 51, e175107, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300308&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Nov 2020. Epub Jan 08, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510007>.

AGUIAR, A. Illusio. In: CATANI, A. M. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 231-233. 2017.

ALENCASTRO, L. S.; PICCOLI, L. F.; GOMES, W. B. Habilidades verbais e recursos imagéticos na coerência narrativa de eventos autobiográficos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 50, p. 299-308, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Nov. 2020.

ALKIMIM, Alexandre Flores. A fenomenologia de Merleau-Ponty. **Pensar – Revista Eletrônica da FAJE**. v.7 n.2, p.101-112, 2016.

ARRIBAS, C. G. Regionalizando o mundo social: configurações, campos e interações face a face. **PLURAL, Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.19.2, 2012.

BARBOSA, M. F. **Experiência e Narrativa**. Salvador: EDUFBA, 2003.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia** (12ª ed.). São Paulo: Saraiva. 1999.

BONDÍA, J. L.. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, nº 19, p. 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002. Trad. João Wanderlei Geraldi.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **La distinction**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, P.. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

BOURDIEU, P.. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, p. 329 – 376, jan/jun 2006.

BRAH, A. Chapter 05 – Difference, what difference? In: **Cartographies of Diaspora**, 1996.

BRUNER, J. Life as Narrative. **Social Research: An International Quarterly**, v. 71, n. 3,, p. 691-710, 2004. Disponível em: <<https://www.muse.jhu.edu/article/527352>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRUNER, J. **Acts of Meaning**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COLLINS, P. H.. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York and London: Routledge, 2000.

CRENSHAW, K.. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n.1, p.171-188, 2002.

CORREIA, M. F. B.. A constituição social da mente: (re)descobrimo Jerome Bruner e construção de significados. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 8, n. 3, p. 505-513, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X200300300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 July 2020.

COSTA, J. B. **Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas e**

as trabalhadoras domésticas do Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v26n52/11.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

.ELTINK, C. F. . Desenvolvimento Humano no Contexto Escolar. In: Paulo Eduardo Benzoni. (Org.). **Práticas Psicossociais em Saúde Mental: Da diversidade teórica ao encontro das atuações**. ed. Novo Hamburgo: Sinopsys, v. 0, p. 0-191. 2019.

GEERTZ, C. “From the Native’s Point of View’: on The Nature of Anthropological Understanding”; In: **Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology**. New York: Basic Books, p. 55-70. 1983.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

HANGAI, L.F. A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação. **Revista ação midiática**. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós Graduação em Comunicação, v. 2, n. 1, 2012.

HIRANO, L. F. K.; ACUÑA, M.; MACHADO, B. F.(Org.). **Marcadores sociais das diferenças** : fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, Junho 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

KOFES, S. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, v. 3, p. 117-41, 1994.

KOFES, S.; MANICA, D. (Orgs.). **Vidas e grafias**: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MACIEL, C. F.; MOURA, J. M. B. de. Pontos de confluência e de divergências entre as abordagens sociológicas de Erving Goffman e Pierre Bourdieu. **Revista Elaborar**. Amazonas, v.1, n.1, p.73 - 90, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. Trad. Márcio Venício Barbosa; Maria Emília Amarante Torres Lima.

MATTINGLY C; LUTKEHAUS N.C; THROOP C.J. Bruner’s Search for Meaning: A Conversation between Psychology and Anthropology. **Ethos**. v. 36, n.1, p. 1-28, 2008. doi:10.1111/j.1548-1352.2008.00001.x

MOLON, S. I. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-622, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000400012>.

NARITA, S. Notas de pesquisa de campo em psicologia social. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 25-31, Ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000200004>.

ORLANDI, E P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em aberto**, Brasília, v. 14, n. 61, jan./mar., 1994.

PAIVA, V. L. M. de O. e. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 261-266, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982008000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1984-63982008000200001>

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações Raciais No Brasil e a Construção Da Identidade Da Pessoa Negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP**, São João del Rei. 2014

RIGOTTO, R. M. As técnicas de Relatos Orais e o estudo das Representações Sociais em Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 3, n.1, p. 116-130, 1998.

ROSA, E. Z.; ANDRIANI, A. G. Psicologia Sócio-histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. In: KAHHALE, E. M. P. **A diversidade da psicologia**: uma construção teórica. São Paulo: Cortez, 2002. p. 259-288.

THÉ, R. da F. S.; SANTOS, J. B. F. A abordagem narrativa como recurso avaliativo de Políticas Públicas. **Sociologias Plurais**, v. 5, p. 221-244, 2019.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, v. 40, p. 27 – 53. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020. ISSN 0034-7612. 2006.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Pierre Bourdieu**: a teoria na prática. RAP: Rio de Janeiro. 27-55. 2006.

TURNER, V. W. Dewey, Dilthey, and Drama: An Essay in the Anthropology of Experience. In: TURNER, V. W.; BRUNER, E. M. **The anthropology of experience**. Urbana, Chicago: University of Illinois, 1986.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ZAHARIAS, G. What is narrative-based medicine? Narrative-based medicine 1. **Canadian family physician Medecin de famille canadien**, v. 64, n. 3, p. 176-180, 2018.